

ANEXO 01
REGULAMENTO DA CONCESSÃO

DECRETONº [--] , DE [--].

Aprova o Regulamento da Concessão para a prestação dos serviços públicos de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do Sistema Rodoviário constituído pela Rodovia SP 255 do quilômetro 2+800 ao 147+300, pela Rodovia SP 255 do quilômetro 155+770 ao 237+770, pela Rodovia SP 255 do quilômetro 188+190 ao 320, pela Rodovia SP 255 do quilômetro 334+250 ao 357+430, pela Rodovia SP 249 do quilômetro 144+150 ao 158+400, pela Rodovia SP 304 do quilômetro 293+910 ao 295+930, pela Rodovia SP 281 do quilômetro 43+360 ao 70+850, pela Rodovia SP 257 do quilômetro 0 ao 19+500, pela Rodovia SP 318 do quilômetro 235+400 ao 280, pela Rodovia SP 328 do quilômetro 245+900 ao 260+950, pela Rodovia SP 328 do quilômetro 297+600 ao 302+060, pela Rodovia SP 328 do quilômetro 304+310 ao 306+820, pela Rodovia SP 328 do quilômetro 307+600 ao 311+930, pela Rodovia SP 330 do quilômetro 240+500 ao 318+500, pela Rodovia SP 334 do quilômetro 318 ao 406, pela Rodovia SP 345 do quilômetro 10+500 ao 39+100, pela Via de Interligação SPI 274/310 do quilômetro 0 ao 2, pelo acesso SPA 085/255 do quilômetro 0 ao 1, pelo acesso SPA 106/255 do quilômetro 0 ao 7+130, pelo acesso SPA 112/255 do quilômetro 0 ao 1+050, pelo acesso SPA 114/255 do quilômetro 0 ao 1, pelo acesso SPA 115/255 do quilômetro 0 ao 7, pelo acesso SPA 133/255 do quilômetro 0 ao 5+100, pelo acesso SPA 138/255 do quilômetro 0 ao 4+620, pelo acesso SPA 062/251 do quilômetro 0 ao 4+970, pelo acesso SPA 179/255 do quilômetro 0 ao 0+300, pelo acesso SPA 196/255 do quilômetro 0 ao 2+330, pelo acesso SPA 198/255 do quilômetro 0 ao 5+700, pelo acesso SPA 214/255 do quilômetro 0 ao 0+530, pelo acesso SPA 338/255 do quilômetro 0 ao 0+930, pelo acesso SPA 043/281 do quilômetro 0 ao 2+920, pelo acesso SPA 051/255 do quilômetro 0 ao 12+160, pelo acesso SPA 074/255 do quilômetro 0 ao 4+400, pelo acesso SPA 077/255 do quilômetro 0 ao 2+200, pelo acesso SPA 271/310 do quilômetro 0 ao 0+580, pelo acesso SPA 268/310 do quilômetro 0 ao 2+850, pelo acesso SPA 004/257 do quilômetro 0 ao 4+500, pelo acesso SPA 244/328 do quilômetro 0 ao 2+180, pelo acesso SPA 250/328 do quilômetro 0 ao 4+900, pelo acesso SPA 314/322 do quilômetro 0 ao 1+600, pelo acesso SPA 241/330 do quilômetro 0 ao 11+270, pelo acesso SPA 307/330 do quilômetro 0 ao 3+300, pelo acesso SPA 318/330 do quilômetro 0 ao 1+500, pelo acesso SPA 321/334 do quilômetro 0 ao 4+300, pelo acesso SPA 334/334 do quilômetro 0 ao 9+700, pelo acesso SPA

348/334 do quilômetro 0 ao 3+350, pelo acesso SPA 352/334 do quilômetro 0 ao 2+118, pelo acesso SPA 384/334 do quilômetro 0 ao 4+200, pelo acesso SPA 397/334 do quilômetro 0 ao 9+800; pelo acesso SPA 011/345 do quilômetro 0 ao 1+220, pelo acesso SPA 020/345 do quilômetro 0 ao 2+100 e pelo acesso SPA 032/345 do quilômetro 0 ao 2.

GERALDO ALCKMIN, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO

- (i) as disposições da Lei n.º 9.361, de 5 de julho de 1996, que instituiu o Programa Estadual de Desestatização;
- (ii) o disposto no Decreto nº [--], de [--], que autoriza a realização de Concorrência Internacional para a CONCESSÃO dos Serviços Públicos de Exploração do Sistema Rodoviário constituído pela malha Rodoviária Estadual apresentada na ementa deste Decreto; e
- (iii) as diretrizes aprovadas pelo Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização – PED, registradas nas atas de suas [--]ª e [--] Reunião Ordinária, realizadas, respectivamente, em [--] e [--], publicadas no Diário Oficial do Estado nas edições de [--] e [--], e disponíveis para acesso também por meio do sítio www.parcerias.sp.gov.br,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aprovado o Regulamento da CONCESSÃO dos Serviços Públicos de Exploração do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual apresentada na ementa deste Decreto, que abrange os municípios de Américo Brasiliense, Araraquara, Avaré, Barão de Antonina, Barra Bonita, Batatais, Boa Esperança do Sul, Bocaina, Botucatu, Brodowski, Coronel Macedo, Cravinhos, Dourado, Franca, Guataporá, Igarapu do Tiete, Itaí, Itaporanga, Itirapuã, Jardinópolis, Jaú, Luís Antônio, Patrocínio Paulista, Pratânia, Restinga, Ribeirão Preto, Rincão, Riversul, Santa Lúcia, Santa Rita do Passa Quatro, São Carlos, São Manuel, São Simão, Taquarituba e Trabiju.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da data de Assinatura do Termo de Transferência Inicial, a ser celebrado entre o representante do Estado de São Paulo e a Concessionária, e que marca a transferência do controle à Concessionária do Sistema Existente, assim como o início da vigência da CONCESSÃO.

Palácio dos Bandeirantes, [data].

GERALDO ALCKMIN

[lista de assinaturas]

Publicado no Diário Oficial do Estado em [data].

REGULAMENTO DA CONCESSÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO CONSTITUÍDO PELA RODOVIA SP 255 DO QUILOMETRO 2+800 AO 147+300, PELA RODOVIA SP 255 DO QUILOMETRO 155+770 AO 237+770, PELA RODOVIA SP 255 DO QUILOMETRO 188+190 AO 320, PELA RODOVIA SP 255 DO QUILOMETRO 334+250 AO 357+430, PELA RODOVIA SP 249 DO QUILOMETRO 144+150 AO 158+400, PELA RODOVIA SP 304 DO QUILOMETRO 293+910 AO 295+930, PELA RODOVIA SP 281 DO QUILOMETRO 43+360 AO 70+850, PELA RODOVIA SP 257 DO QUILOMETRO 0 AO 19+500, PELA RODOVIA SP 318 DO QUILOMETRO 235+400 AO 280, PELA RODOVIA SP 328 DO QUILOMETRO 245+900 AO 260+950, PELA RODOVIA SP 328 DO QUILOMETRO 297+600 AO 302+060, PELA RODOVIA SP 328 DO QUILOMETRO 304+310 AO 306+820, PELA RODOVIA SP 328 DO QUILOMETRO 307+600 AO 311+930, PELA RODOVIA SP 330 DO QUILOMETRO 240+500 AO 318+500, PELA RODOVIA SP 334 DO QUILOMETRO 318 AO 406, PELA RODOVIA SP 345 DO QUILOMETRO 10+500 AO 39+100, PELA VIA DE INTERLIGAÇÃO SPI 274/310 DO QUILOMETRO 0 AO 2, PELO ACESSO SPA 085/255 DO QUILOMETRO 0 AO 1, PELO ACESSO SPA 106/255 DO QUILOMETRO 0 AO 7+130, PELO ACESSO SPA 112/255 DO QUILOMETRO 0 AO 1+050, PELO ACESSO SPA 114/255 DO QUILOMETRO 0 AO 1, PELO ACESSO SPA 115/255 DO QUILOMETRO 0 AO 7, PELO ACESSO SPA 133/255 DO QUILOMETRO 0 AO 5+100, PELO ACESSO SPA 138/255 DO QUILOMETRO 0 AO 4+620, PELO ACESSO SPA 062/251 DO QUILOMETRO 0 AO 4+970, PELO ACESSO SPA 179/255 DO QUILOMETRO 0 AO 0+300, PELO ACESSO SPA 196/255 DO QUILOMETRO 0 AO 2+330, PELO ACESSO SPA 198/255 DO QUILOMETRO 0 AO 5+700, PELO ACESSO SPA 214/255 DO QUILOMETRO 0 AO 0+530, PELO ACESSO SPA 338/255 DO QUILOMETRO 0 AO 0+930, PELO ACESSO SPA 043/281 DO QUILOMETRO 0 AO 2+920, PELO ACESSO SPA 051/255 DO QUILOMETRO 0 AO 12+160, PELO ACESSO SPA 074/255 DO QUILOMETRO 0 AO 4+400, PELO ACESSO SPA 077/255 DO QUILOMETRO 0 AO 2+200, PELO ACESSO SPA 271/310 DO QUILOMETRO 0 AO 0+580, PELO ACESSO SPA 268/310 DO QUILOMETRO 0 AO 2+850, PELO ACESSO SPA 004/257 DO QUILOMETRO 0 AO 4+500, PELO ACESSO SPA 244/328 DO QUILOMETRO 0 AO 2+180, PELO ACESSO SPA 250/328 DO QUILOMETRO 0 AO 4+900, PELO ACESSO SPA 314/322 DO QUILOMETRO 0 AO 1+600, PELO ACESSO SPA 241/330 DO QUILOMETRO 0 AO 11+270, PELO ACESSO SPA 307/330 DO QUILOMETRO 0 AO 3+300, PELO ACESSO SPA 318/330 DO QUILOMETRO 0 AO 1+500, PELO ACESSO SPA 321/334 DO QUILOMETRO 0 AO 4+300, PELO ACESSO SPA 334/334 DO QUILOMETRO 0 AO 9+700, PELO ACESSO SPA 348/334 DO QUILOMETRO 0 AO 3+350, PELO ACESSO SPA 352/334 DO QUILOMETRO 0 AO 2+118, PELO ACESSO SPA 384/334 DO QUILOMETRO 0 AO 4+200, PELO ACESSO SPA 397/334 DO QUILOMETRO 0 AO 9+800; PELO ACESSO SPA 011/345 DO QUILOMETRO 0 AO 1+220, PELO ACESSO SPA 020/345 DO QUILOMETRO 0 AO 2+100 E PELO ACESSO SPA 032/345 DO QUILOMETRO 0 AO 2.

CAPÍTULO I

Do Objetivo

Artigo 1º - Este Regulamento tem por objetivo disciplinar a exploração, manutenção, conservação e realização dos investimentos necessários, mediante CONCESSÃO, do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual apresentada na ementa deste Regulamento, que abrange os municípios de Américo Brasiliense, Araraquara, Avaré, Barão de Antonina, Barra Bonita, Batatais, Boa Esperança do Sul, Bocaina, Botucatu, Brodowski, Coronel Macedo, Cravinhos, Dourado, Franca, Guataporá, Igaraçu do Tiete, Itai, Itaporanga,

Itirapuã, Jardinópolis, Jaú, Luís Antônio, Patrocínio Paulista, Pratânia, Restinga, Ribeirão Preto, Rincão, Riversul, Santa Lúcia, Santa Rita do Passa Quatro, São Carlos, São Manuel, São Simão, Taquarituba e Trabiju, integrante do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias, compreendendo sua execução, gestão e fiscalização, conforme autorizado pelo Decreto nº [--], de [--].

Artigo 2º - O Sistema Rodoviário, objeto da CONCESSÃO, é constituído pelo conjunto de pistas de rolamento, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos neles contidos, com extensão aproximada de 747 quilômetros, compreendendo os trechos da malha rodoviária apresentados na ementa deste Regulamento.

Artigo 3º - Ao Sistema Rodoviário descrito no artigo 2º serão incorporadas todas as ampliações a serem implantadas durante o período da CONCESSÃO, que passarão a integrar sua faixa de domínio.

CAPITULO II

Dos Serviços Previstos no Sistema Rodoviário

Artigo 4º - Os serviços e demais atividades operacionais a serem executados no Sistema Rodoviário são classificados nas seguintes categorias:

- I. Delegados;
- II. Não delegados;
- III. Complementares.

Parágrafo Único - A descrição e o detalhamento de cada uma das categorias estabelecidas neste Capítulo, bem como as atividades que deverão ser realizadas pela CONCESSIONÁRIA no âmbito da Concessão, serão apresentadas no Edital de Licitação, no Contrato de Concessão, bem como em seus respectivos Anexos, que os integram.

Artigo 5º - São serviços delegados, de competência específica da CONCESSIONÁRIA, que deverão ser realizados de acordo com o regramento estabelecido no Edital de Licitação e no Contrato de Concessão, bem como respectivos Anexos:

- I. Serviços correspondentes a funções operacionais, compreendendo especialmente, mas sem a eles se limitar:
 - a. Operação de sistema integrado de supervisão e controle de tráfego;
 - b. Operação do sistema operacional de cobrança de pedágio, incluindo a arrecadação da tarifa, tanto por meio de pagamento manual, quanto por meio de pagamento automático, o controle do tráfego de veículos e o controle financeiro e contábil dos valores arrecadados;

- c. Operação de sistema operacional de arrecadação baseado no conceito de fluxo livre e na cobrança de tarifas que reflitam a quilometragem percorrida pelos Usuários, conforme os termos do Edital e do Contrato da CONCESSÃO;
- d. Operação dos postos fixos e móveis, de pesagem estática e dinâmica de veículos, incluindo a pesagem propriamente dita, inclusive por meio de sistema de pesagem em movimento;
- e. Prestação de apoio aos Usuários, incluindo, entre outros, primeiros socorros e atendimento médico a vítimas de acidentes de trânsito, com eventual remoção a hospitais; atendimento mecânico a veículos avariados; guinchamento; desobstrução de pista; monitoramento de 100% (cem por cento) do Sistema Rodoviário concedido, com implantação de sistemas para identificação de emergências, inclusive automático ou por meio de serviço de telefonia e orientação e informação aos Usuários;
- f. Inspeção de pista, da faixa de domínio e de áreas remanescentes, sinalização comum e de emergência e apoio operacional aos demais serviços;
- h. Elaboração e implantação de esquemas operacionais extraordinários, incluindo operações especiais para atendimento de pico, desvios de tráfego para a execução de obras, operações especiais para o transporte de cargas excepcionais e de cargas perigosas e esquemas especiais para eventos esportivos e outros, no Sistema Rodoviário;
- i. Elaboração e implantação de planos e esquemas operacionais para atendimento a situações de emergência, tais como incêndios, neblina, acidentes com produtos perigosos, desabamentos, inundações e outros que possam afetar diretamente a fluidez e a segurança do tráfego ou vir a provocar consequências ambientais;
- j. Monitoramento das condições de tráfego na rodovia;
- k. Prestação de informações para integração do Centro de Controle de Informações da ARTESP, bem como implantação dos sistemas digitais de gerenciamento, monitoramento e acompanhamento das atividades, assegurando que os dados e informações gerados sejam acessíveis pela ARTESP, conforme o regramento estabelecido no Edital de Licitação e no Contrato da CONCESSÃO;
- l. Manutenção e operação de estrutura de comunicação direta com o usuário, com sistema de monitoramento de 100% (cem por cento) do Sistema Rodoviário concedido, e sistema de atendimento emergencial;
- m. Manutenção e operação de sistema eletrônico de troca de informações com o Usuário via rede de dados;
- n. Adequação aos níveis de serviços e Indicadores de Desempenho conforme regramento estabelecido no Edital de Licitação e no Contrato da CONCESSÃO.
- o. Disponibilização e manutenção de ouvidoria e sistemas e canais de comunicação e relacionamento com os Usuários, de acordo com regramento estabelecido no Edital e Contrato da CONCESSÃO, e com as normas legais e

infralegais vigentes, bem como em regulamento editados pela ARTESP

- II. Serviços correspondentes a funções de conservação, compreendendo especialmente:
- a. Conservação de rotina dos elementos que compõem o Sistema Rodoviário incluindo: pavimento, drenagem, túneis, obras de arte especiais, sinalização, dispositivos de segurança rodoviária, revestimento vegetal e demais elementos da faixa de domínio, sistemas de controle e automação, sistemas de telecomunicação, instalações prediais, pátios operacionais e de suporte, sistemas de eletrificação e sistemas de iluminação;
 - b. Conservação especial de todos os elementos que compõem o Sistema Rodoviário, relacionados na alínea “a” deste inciso, visando à preservação do empreendimento original, incluindo serviços de recapeamento de pista, recuperação de pavimento de concreto, recuperação de obras de arte especiais, substituição de sinalização vertical e horizontal, substituição de equipamentos de controle, arrecadação, comunicação e automação, reforma de instalações e outros similares;
 - c. Conservação de emergência visando repor, reconstruir ou restaurar, de imediato, às condições normais, trecho de rodovia que tenha sido obstruído, bem como instalações e equipamentos e demais elementos da rodovia, danificados por qualquer causa;
- III. Serviços correspondentes a funções de ampliação, compreendendo especialmente:
- a. As obras de ampliação, nos termos e condições a serem definidos no Edital de Licitação, especialmente os Investimentos Iniciais, que consistem na (i) Implantação de Duplicação da Rodovia SP 255 do km 137+950 ao km 147+300; (ii) Implantação de Duplicação da Rodovia SP 255 do km 155+770 ao km 179+600; (iii) Implantação de Duplicação da Rodovia SP 255 do km 288+190 ao km 297+250; (iv) Implantação de Duplicação da Rodovia SP 255 do km 83+200 ao km 137+950; (v) Implantação de Duplicação da Rodovia SP 255 do km 179+600 ao km 237+430; (vi) Implantação de Duplicação da Rodovia SP 255 do km 297+250 ao km 320+000; (vii) Implantação de Duplicação da Rodovia SP 255 do km 334+250 ao km 357+430; (viii) Implantação de Duplicação do km 48+100 ao km 75+600; (ix) Implantação de Duplicação da Rodovia SP 249 do km 144+150 ao km 158+400; (x) Implantação de Duplicação da Rodovia SP 318 do km 249+000 ao km 251+000; (xi) Implantação de Duplicação da Rodovia SP 318 do km 251+000 ao km 280+200; (xii) Pavimentação da Rodovia SP 328 do km 246+279 ao km 250+880; e (xiii) Pavimentação da Rodovia SP 328 do km 250+880 ao km 260+950;
 - b. Equacionamento de interferências com os sistemas de infraestrutura e de serviços públicos existentes e futuros, especialmente os sistemas viários e o estabelecimento de acessos a sistemas de transporte;
 - c. Implantação ou adequação aos níveis de serviço e atendimento aos Indicadores de Desempenho e às normas de segurança, de acessos, intersecções e

dispositivos de segurança, durante todo o período da CONCESSÃO;

- d. Implantação de marginais, de pistas reversíveis, de faixas adicionais e de faixas de aceleração e desaceleração, principalmente aquelas necessárias ao atendimento de aumento de demanda ou de necessidade de controle de tráfego;
- e. Operação e readaptação de sistema de controle de peso para veículos de carga, incluindo pesagem dinâmica e balanças móveis de pesagem, compreendendo, sistemas de pesagem em movimento, conforme o regramento exposto no Edital e no Contrato da CONCESSÃO;
- f. Implantação e readaptação de instalações de uso nas atividades de fiscalização e policiamento de trânsito e transporte;
- g. Implantação e readaptação de instalações e equipamentos de uso nas atividades de operação de sistema integrado de supervisão e controle de tráfego;
- h. Implantação e readaptação de praças de pedágio e de sistema de pedágio eletrônico, inclusive a operação de sistema fluxo livre, considerando eventuais adaptações necessárias para compatibilização a novos programas e políticas de cobrança de tarifas propostos pelo Estado de São Paulo, nos termos do Edital de Licitação e no Contrato de CONCESSÃO;
- i. Implantação de estrutura de comunicação direta com o usuário, de sistema de monitoramento de 100% (cem por cento) do Sistema Rodoviário concedido, e sistema de atendimento emergencial;
- j. Implantação de sistema eletrônico de troca de informações com o Usuário via rede de dados;
- k. Implantação de dispositivos de segurança;
- l. Implantação de paisagismo, nos termos do Edital e do Contrato da CONCESSÃO ;
- m. Implantação dos sistemas digitais de gerenciamento de projetos e de obras, e dos demais sistemas digitais especificados no Contrato da CONCESSÃO, conferindo compartilhamento com a ARTESP de dados, informações e documentos relacionados ao objeto do Contrato;
- n. Instalação de plataforma digital que ficará disponível para acesso irrestrito da sociedade, por meio do qual quaisquer interessados poderão sugerir melhorias, eventuais investimentos e quaisquer outros temas pertinentes às revisões ordinárias, cabendo à Concessionária o gerenciamento de tais demandas.

Artigo 6º - São serviços não delegados aqueles de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da CONCESSÃO, tais como:

- I. Policiamento ostensivo de trânsito, preventivo e repressivo;
- II. Fiscalização e autuação de infrações relativas a:
 - a. Veículo;

- b. Documentação;
 - c. Motorista;
 - d. Regras de circulação, estacionamento e parada;
 - e. Excesso de peso.
- III. Emissão de outorgas, nos termos da lei, referentes a:
- a. Serviços de transporte coletivo de caráter rodoviário, internacional, interestadual e intermunicipal;
 - b. Serviços de transporte coletivo de caráter urbano, intermunicipal, suburbano, metropolitano ou municipal;
 - c. Serviços de transporte de trabalhadores rurais ou de pessoas em veículos de carga;
 - d. Realização de eventos na rodovia;
 - e. Serviços de transporte de cargas excepcionais e de cargas perigosas.

IV. Declaração de Utilidade Pública e Declaração de Interesse Social e emissão dos respectivos decretos

§ 1º - - Dependerão de autorização do PODER CONCEDENTE, a pedido da CONCESSIONÁRIA, na forma regulamentada nas normas vigentes:

1. Ocupação de faixa de domínio, observadas as restrições constantes do Edital e no Contrato da Concessão, bem como a regulamentação vigente;
2. Acesso às propriedades lindeiras ao Sistema Rodoviário concedido.

§ 2º - O Edital de Licitação e o Contrato de Concessão, bem como seus respectivos Anexos, especificarão as demais atividades que dependerão de autorização do PODER CONCEDENTE, ou de prévia anuência da ARTESP, para que possam ser exploradas pela CONCESSIONÁRIA ou por terceiros.

Artigo 7º - São serviços complementares aqueles considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter serviço adequado em todo o Sistema Rodoviário, a serem prestados diretamente pela CONCESSIONÁRIA ou por terceiros por ela contratados, com aprovação prévia da ARTESP.

Artigo 8º - Para execução dos serviços delegados, especialmente no que se refere à operação de sistema integrado de supervisão e controle de tráfego, arrecadação e controle do pedágio, sistema de controle de peso de veículos e sistemas de comunicação, a

CONCESSIONÁRIA deverá implantar sistemas tecnologicamente atualizados, que permitam integral automatização e maior segurança das operações, além do compartilhamento de dados, informações e documentos que permitam a devida fiscalização dos serviços pela ARTESP.

Parágrafo único - Os sistemas de controle e automação a que se refere este artigo deverão permitir integral aplicação dos serviços não delegados, especialmente no que se refere à fiscalização de trânsito.

CAPÍTULO III

Das Responsabilidades da CONCESSIONÁRIA

Artigo 9º - Inserem-se entre os deveres da CONCESSIONÁRIA, durante todo o prazo de CONCESSÃO, conforme detalhamento e definição conferida pelo Edital de Licitação e pelo Contrato de Concessão, bem como por seus respectivos Anexos:

- I. Acionar os recursos à sua disposição a fim de garantir a fluidez do tráfego, assegurando aos Usuários o recebimento de SERVIÇO ADEQUADO;
- II. Submeter à aprovação da ARTESP o esquema de circulação alternativo que pretende adotar quando da realização de obra ou operação que obrigue a interrupção de faixa ou faixas do Sistema Rodoviário;
- III. Divulgar adequadamente, inclusive por meio de painéis automáticos instalados no Sistema Rodoviário e anúncios veiculados em sistema eletrônico de troca de informações com o Usuário via rede de dados, ao público em geral e ao Usuário em particular, a ocorrência de situações excepcionais, a adoção de esquemas especiais de operação e a realização de obras no Sistema Rodoviário;
- IV. Divulgar adequadamente, inclusive por meio de painéis automáticos instalados no Sistema Rodoviário e anúncios veiculados em sistema eletrônico de troca de informações com o Usuário via rede de dados, as eventuais alterações nos valores das tarifas praticadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da efetiva alteração, observando o regramento do Contrato da CONCESSÃO e as exigências da ARTESP;
- V. Implantar as recomendações de segurança estabelecidas pela ARTESP e realizar monitoramento de 100% (cem por cento) do Sistema Rodoviário por meio de sistemas adequados, inclusive por meio de sistemas de vídeo e identificação automática de emergências, bem como manter disponíveis recursos humanos e materiais para elaboração e implementação de estruturas de atendimento a situações de emergência;
- VI. Zelar pela prevenção e extinção de ocorrências de incêndio, inclusive e especialmente nas áreas que margeiam a faixa de domínio do Sistema Rodoviário;
- VIII. Implantar sistema de prevenção de acidentes em casos de ocorrência de neblina no Sistema Rodoviário;

- VIII. Apoiar as atividades de fiscalização e policiamento;
- IX. Acompanhar e ativar a atuação de entidades públicas, tais como polícia civil e militar, bombeiros, órgãos do meio ambiente, órgãos federais, estaduais e municipais, no Sistema Rodoviário, sempre que necessário;
- X. Executar serviços de ampliação e melhoramentos destinados a adequar a capacidade da infraestrutura à demanda e aumentar a segurança e a comodidade dos Usuários;
- XI. Executar todas as obras, serviços, controles e atividades relativos à concessão, com zelo, diligência e economia, utilizando a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas desempenhadas e obedecendo a normas, padrões e especificações estabelecidos pela ARTESP, adotando providências necessárias à garantia do patrimônio do Sistema Rodoviário, inclusive sua faixa de domínio e seus acessos;
- XI. Zelar pela proteção dos recursos naturais e ecossistemas;
- XIII. Executar todos os procedimentos necessários para a obtenção de licenças exigidas pelos agentes de proteção ambiental e cumprir todas as medidas e programas ambientais, nos termos do regramento estabelecido pelo Edital e pelo Contrato da CONCESSÃO;
- XIV. Prestar com zelo os serviços públicos delegados e apoiar a prestação dos serviços não delegados no Sistema Rodoviário;
- XV. Obedecer às medidas determinadas pelas autoridades de trânsito, em caso de acidentes ou situações anormais à rotina;
- XVI. Responder pelo correto comportamento e eficiência de seus empregados e agentes, bem como o de suas contratadas, providenciando para que eles sejam registrados junto às autoridades competentes, portem crachá indicativo de suas funções e estejam instruídos a prestar apoio à ação da autoridade;
- XVII. Cumprir determinações legais relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;
- XVIII. Refazer, de imediato, os serviços sob sua responsabilidade, executados com vícios ou defeitos;
- XIX. Elaborar projetos funcionais e executivos e executar as ações relativas a impacto ambiental;
- XX. Manter, em pontos adequados, próximos às praças de pedágio, sinalização indicativa do valor das tarifas de pedágio e suas variações;
- XXI. Fornecer à ARTESP todos e quaisquer documentos e informações pertinentes ao objeto da CONCESSÃO, inclusive por meio da disponibilização de pares de usuário e senha para que a ARTESP acesse os sistemas digitais que deverão ser implantados pela Concessionária para realização das atividades operacionais descritas no Contrato da CONCESSÃO, facultando à fiscalização, ainda, a realização de auditorias em suas contas;
- XXII. Manter a ARTESP informada sobre toda e qualquer ocorrência não rotineira;
- XXIII. Prestar contas da gestão dos serviços à ARTESP e aos Usuários, nos termos definidos no Contrato de CONCESSÃO;

- XXIV. Responder, perante a ARTESP e terceiros, por todos os atos e eventos de sua competência;
- XXV. Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à CONCESSÃO, além de disponibilizar levantamento de vídeo registro georreferenciado, na periodicidade e de acordo com as regras estabelecidas no Contrato da CONCESSÃO;
- XXVI. Responder pelas eventuais desídias e faltas quanto às obrigações decorrentes da CONCESSÃO, inclusive de suas subcontratadas, nos termos estabelecidos no Contrato da CONCESSÃO;
- XXVII. Implantar pedágio com arrecadação automática e semiautomática e adaptar seus sistemas de cobrança a novos programas e políticas de cobrança de tarifas propostos pelo Estado de São Paulo, nos termos do Edital de Licitação e no Contrato de CONCESSÃO;
- XXVIII. Prestar informações, nos termos e periodicidade estabelecidos no Edital de Licitação e no Contrato da CONCESSÃO, para integração com o Centro de Controle de Informações da ARTESP e demais sistemas digitais especificados para apoiar a realização das atividades de monitoramento e a fiscalização desempenhadas pela ARTESP;
- XXIX. Manter em plena operação e dentro dos padrões estabelecidos os Canais de Relacionamento com os Usuários, bem como os serviços de ouvidoria, previstos nas normas legais e infralegais vigentes, nos termos do Edital de Licitação e Contrato da CONCESSÃO;
- XXXI. Observar o regramento estabelecido no Contrato da CONCESSÃO e normas vigentes quanto ao recebimento da malha rodoviária integrante do Lote 10, do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, objeto do Contrato de Concessão nº 009/CR/1998, firmado com a Concessionária AUTOVIAS S.A., a qual passará a integrar o Sistema Rodoviário a ser explorado pela CONCESSIONÁRIA a partir da 0 hora do primeiro dia seguinte ao término da vigência de referido Contrato de Concessão nº 009/CR/1988;
- XXXII. Observar o regramento estabelecido no Contrato da CONCESSÃO e normativos da ARTESP quanto à devolução do Sistema Rodoviário ou eventual transferência para concessionária que a suceda.

CAPÍTULO IV

Da Fiscalização dos Serviços Concedidos, do Poder de Polícia Administrativa e das Penalidades

Artigo 10 - Estão sujeitas à fiscalização e ao monitoramento, conforme o regramento estabelecido no Edital da Licitação, no Contrato de Concessão e nos Anexos, todas as obras e serviços que serão prestados pela CONCESSIONÁRIA no âmbito da CONCESSÃO regulamentada por este Regulamento.

§ 1º - A base para a fiscalização dos serviços a que se refere este artigo será o conjunto de fatores de avaliação que definem o nível de serviço adequado, conforme disposto na Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, ou outra que a substitua, a saber: qualidade, continuidade, regularidade, eficiência, atualidade, generalidade, modicidade das tarifas, cortesia na sua prestação e segurança, bem como na legislação estadual e regulamentação pertinente.

§ 2º - Para os fins do disposto neste artigo, a ARTESP estabelecerá normas técnicas, indicadores e parâmetros para a quantificação e aferição dos fatores a que se refere o parágrafo anterior, os quais estarão expressos, inclusive, no Contrato da CONCESSÃO.

Artigo 11 - O PODER CONCEDENTE exercerá no Sistema Rodoviário a que se refere este Regulamento, o poder de polícia administrativa, incluída a competência para impor multas aos infratores dos regulamentos aplicáveis.

Artigo 12 - A CONCESSIONÁRIA sujeitar-se-á à fiscalização da ARTESP, que poderá contar com a cooperação de Usuários.

§ 1º - No exercício da fiscalização, a ARTESP terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da CONCESSIONÁRIA, bem como às informações fornecidas de forma online e em tempo real pela Concessionária para integração com o Centro de Controle de Informações da ARTESP, ou demais sistemas especificados no Contrato da CONCESSÃO.

§ 2º - A fiscalização do serviço será feita pela ARTESP, que poderá contratar serviços de apoio à fiscalização, observado o disposto em sua Lei de Regência, bem como as normas deste Regulamento, o Edital de Licitação, o Contrato da Concessão e respectivos anexos.

CAPÍTULO V

Do Policiamento Ostensivo, Preventivo e Repressivo

Artigo 13 - As atividades policiais de caráter ostensivo, preventivo e repressivo e outras atribuídas por lei à Polícia Militar, serão exercidas no Sistema Rodoviário de que trata este Regulamento, pela Polícia Militar Rodoviária.

Parágrafo único - Os bens móveis e imóveis, materiais permanentes e de consumo, equipamentos e serviços de terceiros, necessários ao desempenho da atividade policial rodoviária no Sistema Rodoviário, deverão, quando assim demandados, ser fornecidos pela CONCESSIONÁRIA, nos termos a serem estabelecidos no Edital de Licitação e no Contrato de CONCESSÃO.

CAPÍTULO VI

Das tarifas de pedágio e das outras receitas

Artigo 14 - Conforme o regramento constante do Edital de Licitação, do Contrato de Concessão e respectivos Anexos, e observando a forma e os limites estabelecidos e tais documentos, bem como na legislação e regulação pertinentes, a CONCESSIONÁRIA poderá explorar as atividades e obter as receitas correspondentes, as quais poderão ser oriundas de:

- I. Tarifas de pedágio;
- II. Rendimentos decorrentes de aplicações no mercado financeiro;
- III. Serviços prestados ao Usuário ou com exceção dos previstos no artigo 5º, inciso I, alínea “e” deste Regulamento;
- IV. Valores recebidos por seguro e por penalidades pecuniárias previstas nos contratos celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros, bem como resultantes de execução de garantias oferecidas no âmbito dos contratos celebrados com terceiros;
- V. Receitas decorrentes do uso da faixa de domínio;
- VI. Cobrança por publicidade permitida em lei, na forma regulamentada pelo Poder Público;
- VII. Cobrança de implantação e manutenção de acessos, na forma regulamentada pelo Poder Público;
- VIII. Outras receitas que venham a ser regulamentadas pelo Poder Público ou propostas pela Concessionária, desde que autorizadas previamente pelo Poder Concedente e, nesse caso, observando, especialmente, as regras de compartilhamento de receitas e o regramento específico estabelecido no Edital e no Contrato e respectivos Anexos;
- IX. Receitas decorrentes da prestação de serviços complementares.

Artigo 15 - As regras que definem a forma, os limites e os valores das tarifas de pedágio, bem como os critérios e a periodicidade de reajuste, além do regramento específico que incidirá sobre a exploração das receitas acessórias, serão estabelecidos no Edital de Licitação e no Contrato de CONCESSÃO e respectivos Anexos, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes.

CAPÍTULO VII

Dos Direitos e Obrigações dos Usuários

Artigo 16 - São direitos e obrigações dos Usuários:

- I. Receber serviço adequado;
- II. Pagar as tarifas de pedágio;
- III. Receber do PODER CONCEDENTE, da ARTESP e da CONCESSIONÁRIA, informações para defesa de interesses individuais ou coletivos;
- IV. Obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha, observadas as normas do PODER

PÚBLICO;

- V. Levar ao conhecimento da ARTESP e da CONCESSIONÁRIA as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;
- VI. Comunicar às autoridades competentes atos ilícitos praticados pela CONCESSIONÁRIA na prestação do serviço;
- VII. Contribuir para a conservação das boas condições dos bens públicos por meio dos quais lhes são prestados os serviços.

Artigo 17 - A ARTESP e a CONCESSIONÁRIA estimularão a participação da comunidade em assuntos de interesse do Sistema Rodoviário objeto da CONCESSÃO, tanto por meio da Plataforma Digital de Gerenciamento de Demandas, cujo acesso, nos termos do Contrato de CONCESSÃO, será franqueado a todos os interessados em propor melhorias ao Sistema Rodoviário objeto da CONCESSÃO, quanto por outras campanhas, ações e iniciativas apropriadas para esta finalidade.

Artigo 18 - O PODER CONCEDENTE providenciará, nos termos do Edital de Licitação e do Contrato de CONCESSÃO, as medidas para a declaração de utilidade pública dos bens e áreas necessárias à ampliação do SISTEMA RODOVIÁRIO, responsabilizando-se a CONCESSIONÁRIA pela promoção das desapropriações e servidões administrativas, bem como pelas respectivas indenizações, na forma autorizada pelo PODER PÚBLICO, nos termos do Contrato de CONCESSÃO.

Artigo 19 - Extinta a CONCESSÃO, retornam ao PODER CONCEDENTE todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à CONCESSIONÁRIA ou por ela implantados, no âmbito da CONCESSÃO, na forma prevista em lei e no contrato.

Parágrafo Único - Conforme o regramento conferido pelo Contrato da CONCESSÃO, os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário poderão ser transferidos à concessionária subsequente que eventualmente venha a assumir a prestação dos serviços, de acordo com o trâmite, prazos e obrigações estabelecidos no Contrato da CONCESSÃO.

Artigo 20 – Cabe à Secretaria do Estado a qual a ARTESP encontra-se vinculada, nos termos das normas de organização administrativa vigentes no Estado de São Paulo, a disciplina, no que couber, da aplicação deste Regulamento, e o detalhamento das diretrizes específicas de procedimento licitatório nele referidos.

Artigo 21 – A ARTESP, no âmbito de sua competência legal, estabelecida pela Lei Complementar nº 914, de 14 de janeiro de 2002, ou outra que a substitua, terá como atribuição disciplinar e fiscalizar as atividades auxiliares, complementares ou decorrentes dos serviços delegados, bem como figurar na relação contratual como delegatária do Poder Concedente.